

UM OLHAR AO ACESSO E INCLUSÃO NO IFSP: ANÁLISE DO PERFIL DOS CANDIDATOS PARA RESERVA DE VAGAS

Claudia Alexandre dos Santos¹

Denise Maria Martins²

Michel Mott Machado³

INTRODUÇÃO

Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica [RFEPCT] – instituída pela Lei nº 11.892/2008 –, que oferta educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental, bem como para o público da educação de jovens e adultos [EJA], a inclusão social de alunos é garantida por meio da reserva de vagas estabelecida pela Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas. À luz da aplicação da Lei nº 12.711/2012, o presente estudo analisa o perfil dos candidatos que se inscreveram nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, dos *Campus* do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), conforme o Edital IFSP 609/2022, com foco nos candidatos que optaram pela reserva de vagas. O objetivo é descrever o perfil socioeconômico desses candidatos e avaliar seu desempenho.

O estudo segue uma abordagem quantitativa e descritiva, utilizando análise documental e amostra por conveniência e está dividido em quatro partes: revisão bibliográfica, metodologia, resultados e discussão, e, por fim, as conclusões sobre o perfil dos candidatos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo é de abordagem quantitativa e alcance descritivo, utilizando análise documental com amostra por conveniência, tendo como objetivo descrever o perfil dos candidatos que optaram pela reserva de vagas, conforme Lei Nº12.711/2012 para acesso ao ensino médio nos campi do IFSP. Foram analisados os dados do edital IFSP 609-2022,

¹ Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza – CPS; servidora do Instituto federal de Educação de São Paulo, claudia.santos@cpspos.sp.gov.br;

² Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, denise.martins@cpspos.sp.gov.br;

³ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, michel.machado@cpspos.sp.gov.br.

por meio de relatórios anonimizados das inscrições nas vagas reservadas no referido edital. A pesquisa considerou uma amostra por conveniência obtendo um total de 11.387 candidatos que se inscreveram na reserva de vagas em 2022.

O desenho da pesquisa é apresentado no quadro 1, com abordagem adaptada de Sampieri et al. (2013) para pesquisas quantitativas.

Quadro 1 – Desenho de Pesquisa

Questão de pesquisa	Qual o perfil dos candidatos que optaram pela reserva de vagas para acesso ao ensino médio dos <i>campi</i> IFSP?
Revisão bibliográfica	Acesso, inclusão, Lei Federal de Cotas, Portaria e Edital IF.
Objetivo Geral	Descrever o perfil dos candidatos que optaram pela reserva de vagas para acesso ao ensino médio dos <i>campi</i> IFSP.
Objetivos Específicos	Levantar o perfil socioeconômico dos candidatos inscritos através da reserva de vagas; Verificar o desempenho dos candidatos inscritos em cada reserva de vagas (L1 ao L8).
Objeto de pesquisa	Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - 2023/1. Inscritos na reserva de vagas no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de São Paulo em todos os cursos.
Métodos e procedimentos	Abordagem quantitativa e de alcance descritivo, utilizando análise documental com amostra por conveniência.
Questão de pesquisa	Qual o perfil dos candidatos que optaram pela reserva de vagas para acesso ao ensino médio dos <i>campi</i> IFSP?
Revisão bibliográfica	Acesso, inclusão, Lei Federal de Cotas, Portaria e Edital IF.
Objetivo Geral	Descrever o perfil dos candidatos que optaram pela reserva de vagas para acesso ao ensino médio dos <i>campi</i> IFSP.
Objetivos Específicos	Levantar o perfil socioeconômico dos candidatos inscritos através da reserva de vagas; Verificar o desempenho dos candidatos inscritos em cada reserva de vagas (L1 ao L8).
Objeto de pesquisa	Processo Seletivo dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio - 2023/1. Inscritos na reserva de vagas no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de São Paulo em todos os cursos.
Métodos e procedimentos	Abordagem quantitativa de e de alcance descritivo, utilizando análise documental com amostra por conveniência.
Coleta de dados	Amostra por conveniência (11.387 inscritos) Definição dos descritores Critérios de inclusão e exclusão de dados Relatório edital 609-2022 (11.387 inscritos) Mineração dos dados
Análise (Caracterização do perfil)	Estatística Descritiva e Análise Gráfica I. Socioeconômico (idade, sexo, naturalidade, renda familiar, opção do curso) II. Avaliação do Desempenho III. Efetivação das matrículas
Conclusão	Perfil e principais características dos grupos em vulnerabilidade étnicas, raciais e sociais, que alcançam acesso e inclusão ao ensino médio do IFSP.

Fonte: elaborado pelos autores

REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à educação pública é um direito universal garantido pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. O conceito de acesso, além de significar inserção e acolhimento, deve ser compreendido como um processo que transcende a simples admissão, envolvendo também a permanência e a qualidade da formação. Autores como Silva e Veloso (2013) e Freitas (2023) discutem o acesso como uma dimensão de democratização e inclusão, enquanto Coutinho e Melo (2011) destacam que o ingresso nas instituições de ensino público é resultado de um processo desigual. Para que o acesso seja eficaz, é necessário garantir tanto a entrada quanto a permanência e a qualidade na formação, promovendo, assim, uma verdadeira inclusão educacional.

A inclusão envolve a inserção de grupos excluídos, seja socialmente ou devido a deficiências, em diversos ambientes, como o escolar. A inclusão carrega em si a ideia de exclusão, já que não se pode incluir alguém que, de alguma forma, não esteja excluído. A inclusão social visa integrar indivíduos marginalizados, preparando-os para o convívio social e o mercado de trabalho. Assis e Oliveira (2010) destacam a diferença entre inclusão e integração: enquanto a integração exige que o excluído se adapte, a inclusão responsabiliza a sociedade por acolher a diversidade. A inclusão é fundamental para proporcionar igualdade de oportunidades, principalmente na educação. Embora a Constituição de 1988 garanta o acesso ao ensino fundamental e a universalização progressiva do ensino médio, o ensino superior e profissionalizante carecem de garantias, exigindo políticas públicas que promovam a inclusão de grupos menos favorecidos.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892/08, representa um marco na promoção do acesso e inclusão na educação profissional no Brasil. Esses institutos foram aprimorados para promover a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, conforme ressaltam Aguiar e Pacheco (2017). No entanto, sua criação não foi suficiente para garantir a inclusão de grupos historicamente excluídos.

Para ampliar o acesso e a inclusão social, a Lei nº 12.711/2012 foi sancionada, reservando 50% das vagas em instituições federais para alunos provenientes do ensino público. Essa medida, parte das Ações Afirmativas, visa corrigir desigualdades históricas para garantir oportunidades para grupos marginalizados, como negros e indígenas, democratizando o acesso à educação superior de qualidade.

No Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a seleção de alunos para cursos técnicos de nível médio é feita por meio de prova, com um processo seletivo que inclui a possibilidade de isenção da taxa de inscrição para candidatos de baixa renda.

O IFSP, por ser uma instituição federal de ensino, também implementa a Lei das Cotas, reservando 50% das vagas para alunos que estudaram em escolas públicas, com critérios adicionais como renda, etnia e deficiência. Essas vagas são divididas em categorias (L1 a L8), cada uma com requisitos específicos, como renda per capita, autodeclaração de etnia e deficiência combinadas entre si, para além da obrigatoriedade de ter estudado todo o ensino fundamental em escola pública.

Além disso, o IFSP utiliza o procedimento de heteroidentificação para confirmar a autodeclaração racial dos candidatos. A partir dessas ações afirmativas, o instituto busca garantir a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sentido de ampliar o mapeamento do perfil, também foi analisado o desempenho dos candidatos por reserva de cotas, considerando a prova objetiva em língua portuguesa [LP], matemática [MT] e o desempenho geral. No tratamento estatístico dos dados foi considerado os escores obtidos nessa avaliação.

Ao analisar o desempenho dos candidatos cotistas que realizaram a prova, observa-se que as notas de desempenho são baixas, com o escore geral médio de 13,09 para 20,8% dos candidatos, em que o escore máximo possível é 30. O escore geral é caracterizado como a somatória das notas das provas de LP e MT.

Já em relação ao desempenho por disciplina, foi observado que em LP 18,6% dos inscritos obtiveram um escore médio de 7,3, já em MT o escore de médio é de 5,8 representado por 16,2% dos candidatos, representando um desempenho inferior em matemática se comparado ao desempenho na prova de LP.

Em relação ao aspecto socioeconômico, onde foram analisadas o sexo dos candidatos, idade e renda per capita. Em relação ao sexo dos candidatos, observa-se que 53,3% dos inscritos é do sexo feminino, 92,2 % dos inscritos possuem idade entre 14 e 15 anos, portanto estão dentro do ciclo regular de matrícula para o ensino médio. Já no que diz respeito à renda, observa-se que 63% dos inscritos possuem renda familiar bruta per capita menor que 1,5 salário-mínimo.

CONCLUSÃO

O resultado mostrou que o público mais vulnerável está buscando oportunidades de qualificação profissional por meio da reserva de vagas, evidenciando o impacto positivo da Lei das Cotas na democratização do acesso à educação. Já o baixo desempenho dos candidatos nas provas pode ser explicado tanto pelo nível elevado da prova, quanto pelas dificuldades de aprendizado enfrentadas pelos alunos da rede pública. Há necessidade de complementação da pesquisa para acompanhamento da concretização da inclusão dos candidatos que foram matriculados.

Palavras-chave: Acesso, Inclusão, Ensino Médio, Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Elieser Moreira. Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia como política pública. In: ANJOS, Mayla Brandão dos; RÔÇAS, Gisele. (Orgs.). As políticas públicas e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Natal: editoraifrn, 2017. p. 13-35.

ASSIS, Cíntia Carolina Marques; OLIVEIRA, Raphael Gonçalves de. Diversidade Humana e Inclusão Social na Escola: discurso dos Professores de Educação Física. Caderno de Educação Física. Marechal Cândido Rondon, v. 9, n. 17, p. 37-44, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 ago. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2024.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação & Tecnologia*, [S.l.], v. 15, n. 3, jun. 2011. ISSN 2317-7756. Disponível em:

<<https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/278/279>>. Acesso em: 15 out. 2024.

Instituto Federal de São Paulo. Edital n° 609, de 27 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/Noticias/2022/Edital_6092022_-_Cursos_Tcnicos_Integrados_ao_Ensino_Mdio_para_Publicao.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

SILVA, Maria das Graças Martins, VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas Políticas da Educação Superior: dimensões e indicadores em questão. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 3, p. 727–747, nov. 2013.